

O SIGNIFICADO PRAGMÁTICO NO PENSAMENTO DE C. S. PEIRCE¹

Ricardo Gião Bartolotti
UNESP

Resumo: O artigo aborda a noção de significado na doutrina de C. S. Peirce. Com essa abordagem, procuramos mostrar que o significado, para Peirce, enquanto uma noção que toma como base a concepção triádica de signo, não se coaduna com as doutrinas tidas como nominalistas, como a denotativa e a behaviorista: é eminentemente realista. Uma noção realista deve, pois, integrar o pensamento à realidade. Daí a necessidade de adentrarmos no Pragmatismo, visto como um método de esclarecer nossos conceitos. Partimos, então, da concepção processual de pensamento e chegamos ao Pragmatismo, o método de esclarecer nossas crenças, integrando, assim, pensamento e realidade.

Palavras-chave: Significado, Filosofia, Pragmatismo, Signo, Cognição.

Abstract: This article approaches the notion of meaning in the doctrine of C. S. Peirce. With that approach we try to show that meaning, for Peirce, while a notion based upon the triadic conception of sign, doesn't correspond to the doctrines considered as nominalistic, such as the denotative and behaviorist: it is eminently realist. A realist notion must, therefore, integrate thought with reality. Thus, our need to penetrate into the Pragmatism, seen as a method of clarifying our concepts. We begin then from the procedural conception of thought, and reach the Pragmatism, the method of clarifying our beliefs, thus, integrating thought with reality.

Key words: Meaning, Philosophy, Pragmatism, Sign, Cognition.

¹ Texto apresentado no V EPPLE Internacional (Encontro de Professores de Línguas e Literaturas Estrangeiras), realizado na UNESP, Campus de Assis, em 1998.

A noção de significado (*meaning*) preocupa os teóricos da linguagem há muito tempo. Afinal o que significa “significado”? “Significado” significa *referir-se* a um objeto ou a uma idéia? Podemos descrever a ação de significar através de termos disposicionais, como propõem alguns behavioristas? Enfim, embora deparemos com uma quantidade enorme de teorias acerca dessa noção, não parece que o assunto tenha se esgotado.

Em sua maior parte, essas teorias deixam a desejar por tenderem demais para o *nominalismo*. Privilegiam alguns aspectos, como, por exemplo, o objeto exterior ou a idéia, sem, no entanto, atentarem para aspectos importantes de sua validade. No caso da teoria *denotativa*, a qual afirma que o *significado* é a referência a um objeto, não oferece grandes empecilhos em se tratando de objetos que, de fato, existem. Por outro lado, qual seria o significado de “Paternon”?². Outras teorias buscaram solucionar essa falha; porém, ao abordarem a noção de significado, através de uma perspectiva nominalista, acabaram por reduzir seu âmbito de ação.

Entendemos por “teoria nominalista” uma teoria que privilegia as relações duais, tratando o sujeito como uma espécie de receptáculo a apreender o objeto passivamente. Esse tipo de teoria aborda os conceitos gerais como se fossem meros nomes a designar objetos individuais ou idéias. Em outros termos, ou reduzem o significado a causas físicas ou a causas psicológicas. É evidente que, em nenhum dos casos, aborda o significado como se referindo a universais-reais, ou a leis.

Uma teoria realista, por outro lado, além de não se comprometer com as diversas formas de reducionismos³, baseia-se, a nosso ver, numa concepção triádica de signo. Com essa concepção, a realidade pode ser representada de forma mais ampla e dinâmica; ou seja, instâncias que até então não eram levadas em consideração, como os sentimentos e as emoções, passam a integrar o escopo do significado⁴. Mas o que nos parece mais importante é o estatuto que o signo ou representação recebe: o de ser real. Dessa forma, uma palavra não significa um mero nome a designar um objeto ou idéia, mas é tida como significando leis ou hábitos⁵ a comandar a conduta futura.

Quando falamos, portanto, em uma teoria do significado realista, estamos nos

² Cf. L. HEGENBERG, artigo apresentado na revista *Convivium*, n. 14 (nov-dez 1971); citado em M. RECTOR – E. YUNES, *Manual de Semântica*, Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1980, 48.

³ Cf. C. ENGEL-TIERCELIN, *Vagueness and the Unity of C. S. Peirce's Realism*, *Transactions of the C. S. Peirce Society* 28 (1992) 51-82.

⁴ A concepção peirceana de signo, por integrar em si a qualidade, o objeto e o interpretante, integra, numa mesma concepção, o passado, o presente e o futuro. Com isso, tal noção está longe de privilegiar um aspecto da tríade, como o fazem as diversas teorias nominalistas. Como veremos, a noção de significado (*meaning*) depende, em certo sentido, das noções peirceanas de signo e cognição.

⁵ Cf. CP-2.246, 2.292 e 8.13. Citaremos os trabalhos de Peirce pela sigla CP, seguida de numeração. CP significa *Collected Papers of Charles Sanders Peirce* (oito volumes editados por C. Hartshorne; P. Weiss e A. Burks, Cambridge, Harvard University Press, 1931-35 e 1958); os algarismos, por sua vez, significam, respectivamente, o volume e o parágrafo.

referindo às *possibilidades reais* apresentadas numa representação verdadeira. Falamos, então, da generalidade que governa o futuro. Essa generalidade, representada na concepção de signo, não é um mero artifício da linguagem, mas a própria realidade.

Deparamo-nos com um pensamento, permeado do realismo que acabamos de enunciar, na doutrina de C. S. Peirce. Parece-nos que a teoria proposta por ele traz algumas vantagens em relação a outras teorias do significado. Uma das vantagens está em sua concepção de signo, que permite não só abordar a realidade, independentemente da dicotomia kantiana fenômeno/coisa-em-si, como também ampliar o alcance do significado, evitando o reducionismo.

Propomo-nos, então, tornar clara a noção de significado no pensamento de C. S. Peirce. Não pretendemos, no entanto, abordá-la no percurso completo de seu pensamento. Esse intento não seria conveniente, seja devido a sua complexidade, seja devido ao próprio tempo de pesquisa, que, em se tratando do pensamento peirceano, exigiria um plano de estudo a ser aplicado a longo prazo. Por outro lado, a restrição a que nos impomos não deixa a desejar, dotando o trabalho de rigor e clareza. Assim, o estudo do significado, enunciado em 1878, ao restringir-se a esse contexto, tenta explicar o que Peirce queria dizer com um conceito tão importante fazendo uso dos conceitos-chaves de tal contexto.

Pretendemos, pois, discutir a noção de *significado*, elaborada por volta de 1878, no período inicial do Pragmatismo. Na verdade, interessa-nos a visão de Peirce enunciada principalmente no ensaio intitulado “How to Make Ours Ideas Clear” (1878). Neste ensaio Peirce propõe um método de determinar os significados de nossas idéias e noções gerais, eliminando as ambigüidades originadas das concepções da filosofia tradicional⁶. Para isto, formula sua *máxima* que, como veremos, caracteriza o significado como sendo as “conseqüências práticas” originadas do objeto de uma concepção⁷. A máxima pragmática não reduz o significado de uma concepção a um mero experimento atual, como pode pensar o leitor menos atento; pelo contrário, sua riqueza e complexidade está em projetar o significado da concepção num horizonte de possibilidades.

Essa visão do significado pode ser compreendida a partir da Teoria da Cognição, exposta em 1868. Com ela, Peirce mostra-nos como é o trabalho do pensamento, apresentado de forma dinâmica como um contínuo de signos que se desdobra *ad infinitum*. O próprio significado do pensamento é para ser apreendido no pensamento subsequente.

Diante disso, este trabalho seguirá a seguinte configuração: abordaremos, em primeiro lugar, o tópico intitulado “A Teoria da Cognição”, de 1868, onde enfatizaremos o dinamismo do pensamento; em segundo lugar, apresentaremos o tópico denominado “O Significado Pragmático”, a partir de dois subtópicos: o primeiro, intitulado “O Pragmatismo, método ou doutrina”, no qual abordaremos a definição de *pragmatismo*, caracterizando-o como um método; o segundo, intitulado “A máxima pragmática”, refere-se à máxima pragmática elabora-

⁶ Cf. CP-5.393.

⁷ Cf. CP-5.402.

da para esclarecer o significado de crenças ou concepções.

A Teoria da Cognição

A noção de cognição, exposta nos textos de 1868 (dois artigos publicados no *Journal of Speculative Philosophy*), consiste num manifesto anti-cartesiano. Com ela, Peirce substitui a abordagem subjetiva de Descartes, tendendo para uma teoria realista. Em seu primeiro trabalho, intitulado “Questions Concerning Certain Faculties Claimed for Man”, apresenta vários argumentos que contrariam a posição cartesiana, a qual atribui sete faculdades ao homem. Peirce demonstra que essas faculdades mentais são, na verdade, inexistentes⁸. A partir de seu segundo artigo, intitulado “Some Consequences of Four Incapacities”, centraliza a atenção em quatro faculdades, defendidas por Descartes, e, a partir delas, desenvolve suas conseqüências filosóficas. Ele resume, nessas conseqüências, a posição que adota em relação à noção de cognição.

Discutiremos, a seguir, cada uma dessas incapacidades, enfatizando a posição de Peirce. Com isso, evidencia-se sua noção de cognição. Assim, em CP-5.265, deparamo-nos com as seguintes incapacidades:

- “1. Não temos poder algum de Introspecção, mas todo conhecimento do mundo interno é derivado, através de raciocínio hipotético, de nosso conhecimento dos fatos externos.
2. Não temos poder algum de Intuição, mas toda cognição é logicamente determinada por cognições prévias.
3. Não temos poder algum de pensar sem signos.
4. Não temos concepção alguma do absolutamente incognoscível”.

Em CP-5.244, Peirce define “introspecção” como sendo uma percepção *direta* do mundo interno. Ele mostra que, em primeiro lugar, a percepção não pode ser direta. Isso pode ser constatado pelo aprendizado da criança, que, a partir do testemunho de outras pessoas, atribui a ignorância e o erro a um eu⁹. Ela aprende, portanto, que o erro não é inerente ao objeto externo, mas a um determinado eu, inferido a partir da experiência e do testemunho. Em segundo lugar, não há percepção do *mundo interno*, já que, segundo Peirce, nossos conhecimentos são derivados do mundo externo através de inferências¹⁰. Podemos notar isso em relação a nossas emoções. Estas não consistem num fenômeno interno, mas se referem a uma situação particular que certa pessoa experimenta. Assim, o sentimento de emoção surge a partir do contato com uma situação exterior. Em relação à existência de mundo interior, Peirce afirma, em CP-5.266: “Não pode-

⁸ Cf. P. SKAGESTAD., *The Road to Inquiry: Charles Peirce's Pragmatic Realism*, New York, Columbia University Press, 1981, 20.

⁹ Cf. CP-5.226-235.

¹⁰ Cf. CP-5.266.

mos admitir declaração alguma acerca do que se passa dentro de nós, a não ser como uma hipótese, necessária para explicar o que acontece naquilo que comumente chamamos de mundo externo”.

Para atingir o conhecimento, portanto, há somente uma via: *derivar inferências a partir de fatos externos*. Com isso, Peirce nega o imediatismo, pelo qual Descartes logrou alcançar o “Eu penso”, que constitui, para a filosofia tradicional, o ponto de partida do conhecimento do mundo¹¹.

A segunda proposição, discutida por Peirce, nega que haja uma primeira cognição, conhecida através da intuição ou conhecimento direto. O conhecimento intuitivo seria determinado diretamente pela coisa-em-si, escapando do âmbito da consciência¹². A aceitação dessa posição conduz o incauto filósofo a aceitar o incognoscível, já que apenas o que nos é revelado pela contemplação do objeto transcendental pode ser considerado conhecimento.

A cognição, segundo Peirce, surge de um processo contínuo¹³. Isso quer dizer que toda cognição é o produto de inferências¹⁴. Sobre isso, deparamo-nos com uma série de exemplos apresentados por Peirce. Um desses exemplos refere-se à percepção de um tecido. Em suas palavras:

“Um homem pode distinguir diferentes texturas de tecido pelo tato; mas não de imediato, porque é necessário que ele mova seus dedos pela extensão do tecido, o que demonstra que ele é obrigado a comparar as sensações de um momento com os de outro”¹⁵.

A negação da intuição pode ser explicada também através de outros processos perceptivos, como a *visão* e a *audição*. Em todos esses casos, o conhecimento é alcançado através do raciocínio, caracterizando-se a cognição como um produto de inferências.

Com essa abordagem, a busca da primeira premissa, ou de uma cognição original, tornou-se impossível. Segundo Serson¹⁶, Peirce, nessa época, já relacionava a noção de “continuidade” com a noção de cognição. Podemos observar essa relação em CP-5.263, onde Peirce compara o processo cognitivo com as linhas marcadas pela água num triângulo que permanece com o vértice mergulhado nela. Com esse exemplo, Peirce mostra-nos que, por mais que nos esforcemos, não conseguimos atingir a primeira cognição, representada pelas linhas *infinitamente* divisíveis do triângulo. Assim, a cognição, consistindo em uma cadeia

¹¹ Cf. P. SKAGSTAD, *op. cit.*, 21.

¹² Cf CP-5.313.

¹³ Cf. CP-5.267.

¹⁴ Cf. B. SERSON, On Peirce's Pure Grammar as a General Theory of Cognition: From the Thought-sign of 1968 to the Semiotic Theory of Assertion, *Semiotica* 113-1/2 (1997) 117; e, também, P. SKAGSTAD, *op. cit.*, 21.

¹⁵ CP-5.221.

¹⁶ Cf. B. SERSON, *op. cit.*, 117.

¹⁷ Cf. P. SKAGSTAD, *op. cit.*, 22; ver, também, M. G. MURPHEY, *The Development of Peirce's Philosophy*, Cambridge, Harvard University Press, 1961, 119-20, sobre a Teoria dos Infinitesimais.

de inferências, é vista como um processo contínuo, infinitamente divisível¹⁷.

A terceira proposição das quatro incapacidades segue, naturalmente, de nossa discussão. Pois, segundo Peirce, “Se buscarmos o enfoque dos fatos externos, os únicos casos de pensamento que poderemos achar são de pensamentos em signos”¹⁸. Como vimos, o conhecimento é o produto de inferências, a partir dos fatos externos. Assim, a cadeia de pensamentos é o que temos de mais imediato no processo de conhecimento, e tal cadeia consiste em signos¹⁹.

Mas o que Peirce quer dizer por “signo”? Embora ele tenha elaborado uma série de definições de “signo” no decorrer de seu trajeto filosófico, ficaremos com a caracterização oferecida nesse período. Assim, nos CP-5.283, ele caracteriza o signo através de seus três correlatos:

“... um signo tem, como tal, três referências: primeiro, é um signo *para* algum pensamento que o interpreta; segundo, é um signo *de* algum objeto ao qual, naquele pensamento, é equivalente; terceiro, é um signo, *em* algum aspecto ou qualidade, que o coloca em conexão com seu objeto”.

A noção de signo repousa, pois, numa concepção triádica, em que *qualidade*, *objeto* e *interpretante* se inter-relacionam. Vejamos como Peirce caracteriza cada um desses correlatos.

A *qualidade* do signo remete-nos às suas características, independentemente de sua função representativa, ou seja, o signo deve diferir do pensamento subsequente, em algum modo. Essa diferença reside em suas qualidades materiais, características tomadas em si mesmas, sem relação à representação. Por exemplo, temos a palavra “homem”, como é em si mesma, sem qualquer referência a outro signo; isto é, consiste em cinco letras num quadro, achatada, sem relevo²⁰.

Em relação a seu *objeto*, o *suppositum* do signo refere-se à coisa exterior. Todo signo ou representação possui um objeto, denotado *ad infinitum* pelos signos posteriores. Obviamente, o objeto de um signo pode ser um outro signo; porém, sempre se referirá a um objeto exterior, como vimos.

Por fim, a última referência do signo consiste em sua *função representativa*. É a capacidade de o signo endereçar-se a outro signo. Essa é, na verdade, sua essência, ou seja, um signo somente é compreendido num signo subsequente, o qual pode apresentar-se mais desenvolvido ou igual ao primeiro. A função representativa refere-se, pois, ao *interpretante* do signo.

A função representativa do signo também define o seu *significado* ou *valor intelectual*, como podemos observar, pelas seguintes palavras de Peirce:

“... nenhum pensamento atual concreto (que é um mero sentimento) tem qualquer significado, qualquer valor intelectual, pois estes jazem não no que é atual-

¹⁸ CP-5.251.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ Cf. CP-5.287.

²¹ CP-5.289.

mente pensado, mas naquilo a que este pensamento pode ser conectado numa representação através de pensamentos subsequentes; de forma que o significado de um pensamento é inteiramente algo virtual”²¹.

Assim, no contexto de 1868, o significado de um signo equivale à sua função representativa, ou, em outros termos, às operações de seu interpretante. Este último consiste em representações que se orientam para o futuro. Portanto, o significado do signo equivale às projeções futuras de novos signos.

Diante disso, o processo de conhecimento está sempre aberto a novas configurações, jamais fornecendo um saber absoluto, o qual apresentaria o objeto como algo cristalizado e fechado a novas interpretações. A noção de eletricidade não permanece a mesma desde a sua descoberta.

Nesse sentido, a noção peirceana de cognição apresenta-se como sendo um processo interpretativo. Como um processo, vimos que não há lugar para a primeira cognição ou o conhecimento imediato, de Descartes. Esse tipo de conhecimento é individual e subjetivo, não estando, portanto, aberto a correções e a novas interpretações por parte da comunidade²². Um signo somente é visto como um signo, se interpretado intersubjetivamente, ou seja, deve endereçar-se a outro pensamento ou manter um diálogo permanente com a comunidade. Diante disso, o pensamento privado não tem sentido.

Finalmente, a última proposição segue em consequência direta da terceira. Em CP-5.255, lemos:

“... todas as nossas concepções são obtidas por abstrações e combinações de cognições que ocorrem primeiro em julgamentos de experiência. Por conseguinte, não pode haver concepção do absolutamente incognoscível, visto que nada disto ocorre na experiência. Mas o significado de um termo é a concepção que ele transmite. Por conseguinte, um termo não pode ter tal significado”.

Para Peirce, portanto, o incognoscível não existe, porque não temos acesso a uma concepção desse tipo na experiência. Em outros termos, nada ocorre na experiência que não seja cognoscível em algum sentido. Antes de termos o “não” de “não-cognoscível”, temos o “cognoscível”; portanto, “não-cognoscível” é uma noção absurda²³.

Um outro argumento contra o incognoscível refere-se à noção de “real”. Com esse argumento, Peirce coloca-se contra a posição kantiana, a qual se fundamenta na distinção fenômeno/coisa-em-si. Essa distinção reduz o âmbito do que pode ser conhecido. Para Peirce, no entanto, o real é cognoscível através de nossas representações, já que estas têm como objeto o próprio real. Não devemos esquecer que Peirce é um realista assumido. Como um realista, ele aceita que nossas concepções gerais representem o real, pois representam algo mais do que meras palavras: são padrões a serem encontrados nas próprias coisas.

²² Cf. P. SKAGESTAD, *op. cit.*, 24.

²³ MURPHEY (*op. cit.*, 112), ao comentar os CP-5.255, mantém a equivalência dos termos “experiência” e “cognição”.

²⁴ Cf. P. SKAGESTAD, *op. cit.*, 25.

O *real* é o fim a ser atingido pela investigação; é o objeto de nossas crenças²⁴. Em CP-5.316, o *real* é assim definido:

“Finalmente, como o que alguma coisa realmente é, é o que pode finalmente vir a ser conhecido num estado ideal de informação completa, de forma que a realidade dependa da última decisão da comunidade; assim, o pensamento é o que é, apenas em virtude de se remeter a um pensamento futuro mais desenvolvido. Desse modo, a existência do pensamento atual depende do que será depois; de modo que ele tem apenas uma existência potencial dependente do futuro pensamento da comunidade”.

Assim, o *real* depende da investigação e da última opinião da comunidade. A investigação tende a aumentar a quantidade de informações de uma concepção; porém, essa quantidade de informações não se esgota, visto que o *real* é para ser encontrado no futuro, quando, então, a investigação da comunidade terá atingido a opinião final. Na verdade, Peirce está se referindo à generalidade de nossas concepções, a qual não se esgota na atualidade, mas está sempre aberta a novas determinações. Posteriormente, ele definirá a generalidade como sendo uma lei que governa os eventos futuros.

O nominalismo, de um modo geral, não aceita a realidade de nossas concepções gerais, mas apenas a realidade em sua forma existencial, assegurada, diga-se de passagem, sua independência da mente. Ao conceber maior importância ao singular existente, o nominalismo, com efeito, nega a realidade de leis gerais e põe em risco o conhecimento científico. O que seria da Química, por exemplo, se os químicos se interessassem pela particularidade dos elementos, deixando de lado sua estrutura, que é o que lhes confere universalidade? A isso, acrescenta-se a necessidade de se supor a “coisa-em-si”, a fim de explicar aspectos da realidade que não se reduzem ao modo de ser individual.

De volta à quarta proposição, observamos que a aceitação do incognoscível gera uma contradição, porque o que é representado numa concepção verdadeira é o *real*. A verdade dessa concepção é mantida por todos os que investigam, não se tratando de uma opinião individual. Além disso, a tríade *signica*, como vimos, apreende todos os aspectos da realidade, não sobrando lugar para o incognoscível. Portanto, através dela, uma concepção *denota* seu objeto (o passado, mantido pela comunidade) e *significa* seu interpretante (o futuro, a crença final, que a comunidade alcançará, caso a investigação seja levada adiante). Em ambos os casos, o *real* é o objeto representado na concepção.

Após essa longa discussão acerca das quatro incapacidades, restam-nos algumas palavras sobre as noções de “cognição” e de “significado”. Em relação à noção de cognição, ressaltamos apenas que ela consiste no processo de conhecimento peirceano, o qual se baseia em inferências derivadas do mundo exterior. Como vimos, essas inferências se desdobram *ad infinitum*, gerando concepções cada vez mais gerais. Essas concepções, que se desdobram no tempo, referem-se, também, ao *valor intelectual* ou *significado* da concepção. Diante dis-

so, compreendemos um signo através de outros signos que se desdobram no tempo. Veremos, a seguir, que essa noção de significado influenciou o significado pragmático, no contexto de 1878.

O significado pragmático

O Pragmatismo, método ou doutrina

Em “Survey of Pragmaticism” (1906-7), Peirce define o *pragmatismo* como sendo “um método de verificar o significado de termos difíceis e de conceitos abstratos”²⁵. Esse método, ao contrário do que muitos supõem, não foi elaborado para nos suprir de “verdades absolutas”, como o faz qualquer outra doutrina da metafísica. Na verdade, o pragmatismo, visto como um método, caracteriza-se por esclarecer os conceitos e idéias que se apresentam com um elevado nível de dificuldade em sua compreensão, obscurecendo o objetivo do pensamento, que é o de atingir a crença no real.

Em 1878, em “How to Make Ours Ideas Clear”, o princípio do pragmatismo pode ser encontrado nas seguintes palavras:

“... agora é tempo de formular um método de atingir a mais perfeita clareza de pensamento, que notamos e admiramos em pensadores de nosso próprio tempo”²⁶.

E,

“A primeira lição que temos o direito de exigir que a lógica nos ensine é a de como tornar claras nossas idéias; lição importantíssima, depreciada apenas por mentes que dela mais necessitam. Conhecer o que pensamos, dominar nossas próprias tensões, possibilitaria uma fundação sólida a um pensamento grande e poderoso”²⁷.

Em vista disso, podemos dizer que o interesse de Peirce está em alcançar um critério para o esclarecimento de termos, idéias ou conceitos, tornando mais segura a escolha da crença. Deparamo-nos, com efeito, com três desses critérios, no decorrer da história da filosofia, expostos por Peirce em “How to Make Ours Ideas Clear”. Os dois primeiros referem-se à noção de “significado”, na lógica tradicional, a qual se baseia na “familiaridade” e na “definição abstrata” do termo em

²⁵ CP-5.464. O *pragmatismo*, tido como um método, e não como uma filosofia ou doutrina, pode ser visto em CP-5.13 nota 1 e CP-5.14 (ambos citados em J. K. FEIBLEMAN, *An Introduction to the Philosophy of Charles S. Peirce*, Cambridge, The M. I. T. Press, 1970, 291-292; cf. também K-O. APEL, *Charles S. Peirce: From Pragmatism to Pragmaticism*, (English translation by John Michael Krois), Amherst, University of Massachusetts Press, 1981, 58.

²⁶ CP-5.390.

²⁷ CP-5.393.

²⁸ Cf. CP-5.392.

²⁹ Cf. CP-5.402.

³⁰ Cf. CP-5.392.

³¹ Cf. CP-5.391.

questão²⁸. O terceiro, que é proposto por Peirce, é o que apreende por completo o significado do pensamento, segundo os “concebíveis” efeitos de seus objetos²⁹.

Os dois primeiros critérios são considerados insatisfatórios para o estabelecimento da clareza de idéias³⁰. O primeiro deles, por confiar demais na *introspecção*, não distingue uma idéia clara de uma idéia *aparentemente* clara³¹. O segundo, por basear-se em *definições abstratas*, aproxima-se do *apriorismo*, condenado por Peirce³².

O critério de bem-pensar, proposto por Peirce, consiste, pois, no critério pragmático do significado, formulado segundo a *máxima pragmática*, a qual passa por várias elaborações até atingir sua última formulação, exposta em 1878, e enunciada em CP-5.402.

A máxima pragmática

O método científico é válido enquanto nos conduz a crenças seguras acerca do real. Tal método, portanto, deve conduzir à verdade de certas concepções ou crenças; verdade que a investigação, que se estende ao longo do tempo, tende a atingir. Ora, antes de investigarmos uma concepção ou crença, parece que seria mais vantajoso descobrirmos o seu significado selecionando as concepções que se apresentarem claras, das obscuras. Esse último intento é o que motivou Peirce à elaboração de sua máxima pragmática³³.

Assim, em “How to Make Ours Ideas Clear”, depois de duas tentativas de elaboração da máxima³⁴, Peirce brinda-nos com esta formulação, que parece ser a mais completa e que nos permite alcançar o terceiro grau de clareza de idéias:

“Considerar que efeitos, que poderiam concebivelmente ter influencias práticas, concebemos que o objeto de nossa concepção possa ter. Então, nossa concepção destes efeitos corresponderá ao todo da concepção que tenhamos do objeto”³⁵.

Essa elaboração da máxima propõe que o significado de uma concepção nos seja revelado através dos efeitos de seu objeto. O significado estaria, portanto, na concepção que formulamos desses efeitos. Por outro lado, esses efeitos deveriam ter algum “alcance prático”, ou seja, seriam efeitos que deveriam influenciar nossa conduta.

Essa fórmula mostra, pois, a anatomia de uma concepção. Para Peirce, uma concepção ou crença equivale a uma regra de ação ou hábito³⁶. O próprio pen-

³² Cf. CP-5.392.

³³ Cf. R. ALMEDER, *The Philosophy of Charles S. Peirce: A Critical Introduction*, Oxford, Basil Blackwell, 1980, 13.

³⁴ Cf. CP-5.398 e 400.

³⁵ CP-5.402.

³⁶ Cf. CP-5.397.

³⁷ Cf. CP-5.399.

³⁸ Ibidem.

samento é concebido como ação³⁷. Peirce afirma que o pensamento não tem outra função a não ser gerar hábitos de ação, que equivalem a crenças ou concepções³⁸. Assim, expor os hábitos que uma crença determina parece ser a tarefa da máxima.

Vejamos, então, como Peirce define o hábito:

“O que o hábito é depende de *quando* e de *como* leva-nos a agir. Em relação ao *quando*, todo estímulo para ação é derivado de percepção; em relação ao *como*, todo propósito da ação é produzir algum resultado sensível”³⁹.

O hábito depende, pois, de um estímulo para sua manifestação, o qual se refere ao *quando*. O *quando* tem a função de indicar a ocasião de tal manifestação. O *como*, por sua vez, apresenta-nos as características da sensação, estimulada pelo objeto, e que determina a ação ou série de ações possíveis de serem executadas.

Mas essa leitura dos CP-5.400 não estimularia uma interpretação nominalista? Peirce não estaria reduzindo a ação do hábito à experiência atual, tal como observamos em Hume? Na verdade, essa passagem dos CP-5.400 não invalida a posição anti-nominalista adotada por ele, mas apresenta o pensamento que ele já defendia, em 1868, ao afirmar que a cognição fundamenta-se em inferências derivadas do mundo exterior. Pela passagem citada, podemos, portanto, entender que, diante de uma determinada crença, cujo objeto mantém com ela uma relação real, indicial, espera-se um *comportamento regular* frente ao próprio objeto. Esse comportamento, a nosso ver, refere-se à série de conseqüências práticas⁴⁰ que podem ser enumeradas em relação ao objeto.

A noção de hábito, com efeito, tendo em conta a posição que Peirce adota ao elaborar seu pensamento, em 1868 e em 1878, em relação à máxima pragmática, não se resume a experiências discretas, como deparamos em Hume; ao contrário, consiste em uma *regra* a controlar qualquer ação *possível*, em relação ao futuro indefinido.

Ora, diante dessa definição de hábito, a máxima pragmática pode ser compreendida melhor. Os efeitos de alcance prático, suscitados pelo objeto de nossa concepção, equivalem a “hábitos de ação”. No entanto, um hábito não se esgota em sua manifestação empírica, particular, pois, como vimos, é uma regra a determinar as ações futuras. Diante disso, a máxima nos diz apenas que temos de prestar atenção às *possíveis* conseqüências produzidas pela concepção. Tais conseqüências referem-se às possíveis ações do hábito; regularidade que controla o futuro indefinido. Em outros termos, essas conseqüências não se resumem na ação empírica atual, mas a um inventário de ações determinadas pelo hábito.

Nessa perspectiva, o significado de um conceito é para ser encontrado num

³⁹ CP-5.400.

⁴⁰ Peirce discute a noção de “conseqüências práticas” nos CP-5.25ss.

⁴¹ A comparação da máxima com a operação do pensamento, em 1868, pode ser vista em R. ALMEDER, *op. cit.*, 13.

outro conceito ou conceitos determinados pelo hábito. Esses conceitos, que na verdade são considerados interpretantes do primeiro conceito, referem-se ao seu objeto através da descrição das possíveis ações, originadas de uma possível interação com ele. Assim, o significado de um conceito está no pensamento subsequente, o qual não se esgota na atualidade, mas se desdobra em outros pensamentos⁴¹.

Em relação à sua estrutura, a máxima, exposta em CP-5.402, parece especificar um experimento. Isso pode ser visto no exemplo, fornecido por Peirce, a fim de ilustrá-la. Assim, em CP-5.403, ele afirma:

“... perguntemos o que queremos dizer ao chamar uma coisa de dura. Evidentemente que ela não será arranhada por muitas outras substâncias. A concepção toda desta qualidade, como de toda outra, confundem-se com seus concebidos efeitos .”

E completa:

“Não há absolutamente diferença entre uma coisa dura e uma coisa mole, enquanto não são submetidas ao teste”.

Nessas passagens, podemos notar que Peirce está propondo, para descobrirmos o significado de “algo duro”, uma regra operacional. Esta última pode ser formulada num enunciado condicional, por exemplo: “Se...então...”. Em outros termos, ele propõe que “Se a operação X fosse realizada, então experimentaríamos um resultado Y”. Com efeito, isso quer dizer que, se tentássemos riscar um diamante, experimentaríamos certa resistência.

Mas, da forma que o enunciado condicional é expresso, parece-nos que o significado constitui um experimento particular, atual. Isso contraria a posição de Peirce em relação ao realismo. Na verdade, o interesse de Peirce é o de esclarecer crenças ou concepções gerais, que, segundo a proposta de suas categorias, elaboradas por volta de 1900, pertencem ao âmbito da Terceiridade, ou seja, do pensamento. Por isso, ao propor o significado, Peirce procura apresentar o “propósito racional” da concepção ou idéia. Esse último não se reduz à ação particular, mas à conduta regular determinada por uma lei.

Visto dessa perspectiva, o futuro determina a ação, ou melhor, as condições expostas pelo pensamento futuro determinam nossa conduta. Isso está de acordo com a essência do pensamento, expressa em 1868, que é a de endereçar-se a outro pensamento subsequente. Essa característica do pensamento dá lugar à noção de “predição”, definida posteriormente: estabelecida uma crença, conforme as regras de ação que ela determina, o futuro pode ser previsto. É, na verdade, essa concepção que parece caracterizar a máxima pragmática.

Em 1905, num artigo intitulado “What Pragmatism Is”, Peirce esclarece-nos sua posição em relação à concepção de “experimento”. Lá, ele afirma que o que está em

⁴² Cf. CP-5.425.

⁴³ Cf. K-O. APEL, *op. cit.*; B. ALTSHULER, The Nature of Peirce's Pragmatism, *Transactions of the Charles S. Peirce Society* 14-3 (1978) 147-175; S. H. THAYER, *Meaning and Action: A Study of American Pragmatism*, New York, The Bobbs-Merrill Company Inc, 1973; e MURPHEY, *op. cit.*

jogo no significado são os “fenômenos experimentais”, referindo-se, com isso, a todos os eventos futuros que acontecerão, caso sejam preenchidas certas condições⁴².

A confusão que a interpretação da máxima pode gerar, com efeito, não passou despercebida por vários estudiosos de seu pensamento⁴³. A crítica que comumente se faz, inclusive pelo próprio Peirce, após 1900, é a de que a *implicação material* (“se...então...”), apresentada no *modo indicativo* (“*will not be scratched*”), é interpretada como a representação de uma ocorrência atual. Nos períodos posteriores, ao contrário, a enunciação da máxima, apresentada no *modo subjuntivo* (“*would be*”), permitirá sua interpretação segundo a concepção de possibilidade real.

Considerado dessa perspectiva, o significado passa a ser visto como uma relação geral entre os testes e respostas possíveis⁴⁴. As qualidades atribuídas a um sujeito, representado pelas condições do evento, representam a *tendência* esperada pelo pragmatista. Espera-se, pois, que a tendência se manifeste na série de imagináveis experimentos, mesmo que estes se realizem efetivamente.

Podemos perceber, então, que o significado pragmático não se refere a eventos particulares ou a ocorrências atuais. O que está em jogo, na verdade, é a determinação dos eventos por regras ou leis. Estas não podem esgotar-se num evento atual, mas se aplicam a eventos que, sob certas condições, possivelmente realizar-se-iam.

Mas, independentemente da interpretação da máxima, conforme as discussões em torno das duas expressões inglesas *will be* e *would be*, a própria enunciação da máxima, nos CP-5.402, mostra-nos que a preocupação de Peirce é com a cognição intelectual, e não com o sensacionismo defendido pelos nominalistas⁴⁵. Isso pode ser constatado pela repetição da palavra “conceber” e suas derivações. Com o uso dessa expressão, Peirce se refere ao significado como sendo um pensamento futuro, ou seja, devemos buscar o significado de uma concepção numa espécie de diagrama mental em que as várias consequências práticas sejam representadas. Ora, essa proposta difere essencialmente da proposta que vê no significado uma ação particular. Obviamente não se descarta esse tipo de ação; porém, a *descrição*, apresentada pelo interpretante, deve referir-se a todos os casos possíveis.

Essa visão do significado pragmático coloca-o próximo daquela, exposta em 1868, já que esta última não se esgota num pensamento definido, mas é para ser interpretado em um outro pensamento, e assim por diante. Conforme o texto de 1878, a crença pode ser vista como um desdobramento infinito de outras crenças geradas pelo hábito. Uma crença, com efeito, pode determinar uma ação particular, porém, não podemos dizer que ela tenha esgotado seu significado nesse ato. Uma crença é, nesse sentido, vaga e indeterminada, estando, pois, aberta a novas determinações⁴⁶. Diante disso, a *crença final* constitui uma *possibilidade* a ser alcançada pela investigação da comunidade *in the long run*. A investiga-

⁴⁴ Cf. J. F. BOLER, *Charles Peirce and Scholastic Realism; A Study of Peirce's Relation to John Duns Scotus*, Seattle University of Washington Press, 1963, 98-99.

⁴⁵ Cf. APEL *op. cit.*, 74.

⁴⁶ Cf. C. ENGEL-TIERCELIN, *op. cit.*, 68.

ção, no entanto, é conduzida por todos os seres capazes de pensar através de signos; não se limitando, portanto, a nossa espécie.

Assim, após essa discussão, podemos dizer que o significado de um conceito ou idéia deve ser expresso segundo a máxima pragmática. Um termo é destituído de significado, ou apresenta-se confuso, caso produza “consequências” não previstas pelo seu interpretante. Por exemplo, espera-se do vinho os efeitos próprios dessa substância para que nosso comportamento seja coerente perante tal substância, ou seja, para que o ato de beber desperte as expectativas que o vinho desperta. Se considerarmos, no entanto, o vinho como uma substância diferente de sua composição química, esperando efeitos que não sejam os despertados por essa substância, então, como bem afirma Peirce a respeito da transubstanciação, estaremos empregando jargão sem sentido.

Conclusão

Procuramos mostrar o que Peirce entende por significado pragmático, a partir de sua Teoria da cognição, exposta em 1868. Essa ordem da exposição foi necessária para tornar evidente a continuação do pensamento de Peirce: se levada em conta sua noção de cognição, então, a noção de significado pode ser vista como instâncias do interpretante do signo. Em outros termos, o interpretante, que nos textos de 1868 é tido como a função representativa do signo ou a própria essência do pensamento, em 1878 passa a constituir a noção de hábito.

O desdobramento do pensamento, visto como hábito, não invalida a interpretação de 1868, porque essa noção não se coaduna com a noção de Hume, como vimos. Pelo contrário, para Peirce, tal noção se aproxima da noção medieval de *habitualiter*, que não se resume meramente em repetições de ocorrências particulares, mas envolve o futuro indefinido. Ora, nesse sentido, o significado pragmático resume-se num diagrama das possíveis ocorrências que teriam lugar, frente ao uso possível de uma determinada concepção, num certo contexto.

Podemos notar a ênfase que recebe, nesses períodos, a esfera do pensamento ou da Terceiridade: a abordagem de 1868, com a essência do pensamento em sua função representativa, e, em 1878, a noção de significado, definida como sendo os possíveis efeitos esperados de uma concepção. Em ambos os períodos, o pensamento ou a Terceiridade predominam. Posteriormente essa teoria será melhor elaborada por Peirce, quando passa a trabalhar com a lógica dos relativos, fazendo uso dos quantificadores existenciais e universais.

Enfim, em relação às outras teorias do significado, a teoria que apresentamos tende para o realismo, evitando cair no reducionismo nominalista. Isso inferimos da concepção triádica de signo, a qual perfaz todo o pensamento, apresentando-nos a própria realidade, independentemente das noções duais de Kant. A riqueza desse triadismo pode ser vista, pois, em todo seu pensamento; não só na noção de cognição, mas também em sua noção de significado.

Endereço do Autor:

Rua São Manoel, 528

17516-020 MARÍLIA — SP